

101.º do Código de Procedimento Administrativo, face à previsibilidade de revogação da autorização provisória do exercício da atividade, com a consequente revogação da Carta de Estanqueiro n.º 2775, mas que, apesar da sua notificação em 28 de março de 2012, não foi exercido tal direito.

Concluiu-se então que a oficina pirotécnica “Viúva de Francisco Augusto Simões & Filhos” não reúne as condições estabelecidas no Regulamento de Segurança dos Estabelecimentos de Fabrico e de Armazenagem de Produtos Explosivos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 de maio, designadamente o preceituado nos artigos 12.º, 23.º, 28.º, 30.º, 33.º e 34.º, nem os relativos ao plano de segurança e às restrições da zona de segurança consignados, respetivamente, nos artigos 3.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 87/2005, de 23 de maio.

Face ao acima exposto, declaro, ao abrigo dos poderes conferidos pelo Despacho n.º 9206/2011 do Ministro da Administração Interna, de 12 de julho de 2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 22 de julho de 2011, e nos termos da lei, a revogação do Alvará n.º 296, de 30 de abril de 1952, encontrando-se vedado o exercício da atividade referente à oficina pirotécnica “Viúva de Francisco Augusto Simões & Filhos” para que se encontrava licenciada pelo revogado alvará.

Fica, ainda, a oficina pirotécnica obrigada a proceder à remoção e/ou alienação de todos os produtos explosivos e matérias perigosas que se encontrem nas suas instalações, no prazo que lhe for determinado para o efeito pela Polícia de Segurança Pública, sob pena de, em caso de incumprimento incorrer no crime de desobediência, p.p. no artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até um ano ou pena de multa até 120 dias, em caso de desobediência simples ou, em pena de prisão até 2 anos ou pena de multa até 240 dias, no caso de desobediência qualificada, sendo as pessoas coletivas suscetíveis de responsabilidade criminal por força do artigo 11.º também do Código Penal.

17 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, *Juvenal Silva Peneda*.

206623519

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 20/2013

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março e do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de abril, que as empresas Colt Resources INC./Contécnica — Consultoria Técnica, L.da, em regime de consórcio designado Consórcio do Projeto Penedono requereram a celebração de contrato administrativo para atribuição de uma área para um período de exploração experimental de depósitos minerais de ouro, prata, cobre, zinco, chumbo, antimónio, volfrâmio, molibdénio, tântalo, nióbio e estanho, denominado “Santo António”, localizado nos concelhos de Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe e Tabuaço, distrito do Viseu, ficando a corresponder-lhe uma área de 3534,1164 ha, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça):

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	53762	153564
2	55617	153940
3	57093	153530
4	57759	153258
5	54420	149717
6	56953	149421
7	57372	149980
8	62134	151472
9	62944	151142
10	61791	149151
11	59000	148150
12	50759	148932
13	50779	150899

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito e devidamente fundamentadas, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e

Geologia, sita na Av. 5 de Outubro, n.º 87, 5.º Andar, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso e planta de localização estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

10 de dezembro de 2012. — O Subdiretor-Geral, *Carlos A. A. Ca-xaria*.

306602953

Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

Aviso n.º 21/2013

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 73.º, o n.º 1 do artigo 75.º e o n.º 1 do artigo 76.º, todos do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, em conjugação com a cláusula 6.ª do acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, de 24 de setembro, e o n.º 1 do regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 1 de março, e após homologação dos relatórios de avaliação final do período experimental elaborados pelos respetivos juristas constituídos para o efeito, torno público a conclusão com sucesso, do período experimental, na carreira técnica superior das trabalhadoras abaixo mencionadas:

Isabel Alexandra Rodrigues da Costa.

Mariana da Silva Pereira.

5 de setembro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Fre-derico Costa*.

206623584

Aviso n.º 22/2013

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 73.º, o n.º 1 do artigo 75.º, e o n.º 1 do artigo 76.º, todos do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, em conjugação com a cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 24 de setembro e o n.º 1 do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010 de 1 de março, e após homologação do Relatório de Avaliação Final do Período Experimental elaborado pelo respetivo júri, constituído para o efeito, torno público a conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de assistente técnico da trabalhadora Ana Catarina da Cruz Dias

26 de outubro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Fre-derico Costa*.

206623527

MINISTÉRIO DA SAÚDE

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Declaração de retificação n.º 3/2013

Para os devidos efeitos torna-se pública a retificação do despacho n.º 1410/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 11 de outubro de 2012.

Assim, retifica-se que onde se lê «k) Autorizar a acumulação de funções» deve ler-se «k) Autorizar o pagamento de horas extraordinárias».

25 de outubro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Eurico Castro Alves*.

206593306

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Despacho n.º 77/2013

Por despacho de 29/11/2012, do Exmo. Senhor Presidente do INSA, IP, Prof. Doutor José Pereira Miguel, torna-se público que, nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 73.º, n.º 1 do artigo 75.º e alínea c) do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, em conjugação com